



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CIP, DA COLENDAS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO GOIÁS – SES/GO

Ref. Chamamentos Públicos nº 06/2022 (HERSO)

O INSTITUTO PATRIS, Parceiro Privado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 37.678.845/0001-40, Organização Social qualificada pelo Decreto nº 9.994/2021/GO, devidamente habilitada nos autos, neste ato representado pelo seu Presidente **VITTOR ARTHUR GALDINO**, com fulcro no Item VII do Edital, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, apresentar **CONTRARRAZÕES**, ao Recurso Administrativo interposto por **ASSOCIAÇÃO MATERVITA**, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

1. DOS FATOS

Conforme respeitável decisão preliminar a ASSOCIAÇÃO MATERVITA, foi considerada inabilitada.

Todavia, o Recorrente interpôs recurso, pleiteando sua habilitação.

Senão vejamos os fundamentos de mérito, que concluirão pela manutenção da decisão dessa colenda Comissão:

2. DO MÉRITO

2.1. DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

2.1.1. DA EXISTÊNCIA DE DÍVIDA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

É cediço que a **manutenção das condições de habilitação**, é uma obrigação legal imposta para todas as interessadas que participam de Licitações, e consequentemente desse Chamamento Público.

Desta forma, ao buscar pela autenticação da certidão negativa municipal apresentada pela Recorrida, **NÃO É POSSÍVEL autenticar a certidão de fls. 57.**

Conforme orientação da própria CND, “**ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.**”, contudo, ao consultar pela sua autenticidade a mesma plataforma registra o contrário do que consta nos autos, pois a Recorrida encontra-se na situação de POSITIVIDADE, ou seja, “**CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS**”, para o CNPJ 21.721.0001/0001-03, da Recorrida.

Vide comprovante (doc. 01 – 21/11/2022; doc. 01.1 – 23/11/2022).

DO ART. 6º-D DA LEI Nº 15.503/2005

Nos termos do artigo 6º-D, II, da Lei que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento e seleção públicos, é condição indispensável para o prosseguimento à fase de proposta, a **MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, pela organização social interessada.

*Art. 6º-D. A **proposta de trabalho** apresentada pela organização social, com especificação do respectivo programa, conterà os meios e recursos orçamentários necessários à prestação dos serviços a serem transferidos, **devendo ser acompanhada, ainda, de:***

(...)

*II - **documentos comprobatórios da regularidade jurídico-fiscal, econômica e financeira;***

Desta feita, uma organização social que não mantém sua regularidade fiscal no curso do processo, jamais pode seguir para a fase de julgamento de propostas, sob pena de descumprimento do texto legal.

Sobre o assunto, válido colacionarmos trecho do parecer **PROCSET-05071 Nº 757/2021/SES/GO**, emitido para a Consulta registrada sob o SEI nº 20210001002927, dessa própria Secretaria de Estado de Saúde, que assevera sobre a necessidade de manutenção, durante todo o processo de chamamento, das condições de habilitação, vejamos:

“32. Portanto, seria lícito construir raciocínio que levaria a espécie de cassação do ato de qualificação, na qual a retirada de efeitos do ato administrativo se dá pois “[...] o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica” (2008, p. 437)”. Sendo condição indispensável para a participação no procedimento de chamamento público e estando balizada por critérios legais objetivos, o descumprimento de tais pressupostos parece, de fato, conduzir à inadequação de eventual êxito da respectiva Organização Social no procedimento competitivo em destaque.

Desta feita, com vistas ao integral cumprimento dos princípios balizadores do direito administrativo, faz-se mister a manutenção da r.decisão que inabilitou a Recorrida **ASSOCIAÇÃO MATERVITA** diante do descumprimento de determinação legal e editalícia de manutenção de sua regularidade fiscal.

2.2. DA LISTA DE ASSOCIADOS NÃO REGISTRADA EM CARTÓRIO

O Edital do Chamamento Público nº 05/2022-SES/GO, em seu **item 5.3**, “p”, exige como requisito de habilitação a Lista de Associados, com o competente registro em cartório.

p) Ata (s) de eleição do atual Conselho de Administração e lista de associados, ambos com o competente registro em cartório

Após pedido de diligência junto ao e-mail dessa colenda Comissão, obteve-se a Lista de Associados da Recorrida, devidamente apresentada ao processo de Chamamento Público em questão, no envelope de habilitação.



Trata-se do documento de fls. 95.

Frise-se que o documento denominado LISTA DE ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO MATERVITA, possui as seguintes características:

- 1) Não possui assinatura;
- 2) Não possui data;
- 3) Não possui selo de autenticidade;
- 4) Não possui selo de registro em cartório;
- 5) Não está rubricado.
- 6) Não transmite nenhuma segurança jurídica quanto a composição dos membros/associados.

Para encerrar qualquer dúvida quanto a validade do documento, - inexistente no ordenamento jurídico -, foi apresentado à essa colenda Comissão no processo de chamamento 05, certidão de cartório corroborando a inexistência do aludido registro, em cartório.

2.3. DO INDEFERIMENTO EM VIA JUDICIAL

De grande valia registrar que a RECORRENTE MATERVITA, ajuizou Mandado de Segurança contra a decisão que a inabilitou por não manutenção das condições de habilitação.

Trata-se do **Mandado de Segurança nº 5752340-94.2022.8.09.0000**, em trâmite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia.

Nos autos, o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito **Abilio Wolney Aires Neto**, NEGOU o pedido liminar, mantendo a decisão da Comissão que inabilitou a MATERVITA por descumprir e não manter as condições de habilitação.

“A despeitos dos argumentos da parte impetrante, no tocante à eventual arbitrariedade na decisão da comissão, por omissão e suposta ausência de rigor na apreciação da documentação anexada aos autos do procedimento licitatório, ressalte-se que os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e de veracidade, motivo pelo qual, inexistindo, neste momento processual, prova em contrário, os atos da comissão são considerados praticados de acordo com a lei e o edital do certame.

Ademais, não foram trazidos aos autos os argumentos e elementos que fizeram parte das impugnações dos demais concorrentes, que precederam e serviram de fundamento à decisão da comissão. Portanto, em juízo de cognição sumária, os fatos narrados não se prestam a decretar a ineficácia da decisão administrativa que inabilitou a impetrante, tampouco são suficientes para se determinar a suspensão imediata das demais fases do Chamamento Público, e muito menos permite o reconhecimento da existência de direito líquido e certo capaz de sustentar a pretendida liminar.

Para a concessão de liminar em Mandado de Segurança, exige o art. 7º, inciso III da Lei nº 12016/2009 que sejam relevantes os motivos estereotipados na exordial e que haja possibilidade de ocorrência de lesão de difícil reparação ao direito postulado, devendo o impetrante, por isso, apresentar de forma palpável a verossimilhança de suas alegações, de sorte a possibilitar ao julgador, de plano, aquilatar a existência e até mesmo a dimensão do ato inquinado abusivo ou ilegal.

Em cognição de extensão restrita, observa-se que não estão presentes cumulativamente nos autos os pressupostos necessários para o deferimento da medida pretendida, quais sejam, a existência da plausibilidade do direito (fumus boni iuris) e o risco de prejuízo irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora).

Afinal, direito líquido e certo tem quem cumpre todas as condições do edital, ainda assim é aliado, por medida injusta ou ilegal, o que não parece ser o caso dos autos.

Nesse diapasão, INDEFIRO a liminar pleiteada.”

Desta forma, uma vez que constam registrados nos autos que a RECORRENTE MATERVITA deixou de manter suas condições de habilitação, tornando-se DEVEDORA DA FAZENDA MUNICIPAL, razões não lhe assistem para reverter sua inabilitação.

3. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja o Recurso Administrativo interposto pela MATERVITA julgado improcedente, mantendo sua inabilitação, por descumprimento da Lei e do edital.



Termos em que,
Pede deferimento,

Goiânia/GO, 26 de dezembro de 2022.

VITTOR ARTHUR GALDINO
Presidente
INSTITUTO PATRIS